

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA**

TATIANA MARIA DE SOUZA

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA PROFESSORAS E SEU IMPACTO SOBRE
O TRABALHO DOCENTE: o caso no Município de Vila Velha - ES.**

**VITÓRIA
2026**

TATIANA MARIA DE SOUZA

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA PROFESSORAS E SEU IMPACTO SOBRE
O TRABALHO DOCENTE: o caso no Município de Vila Velha - ES.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Centro de Educação Física e Desportos da
Universidade Federal do Espírito Santo, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Profª Drª Ileana Wenetz

VITÓRIA

2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a mim mesma, por não desistir diante das dificuldades que se apresentaram ao longo deste percurso de formação, mantendo sempre compreensão e paciência com meus tempos e processos.

À minha orientadora (licenciada neste momento para pós-doutorado), Erineusa Maria da Silva, expresso minha profunda gratidão por toda a orientação, apoio e inspiração oferecidos por meio de palavras, gestos e ensinamentos, neste trabalho e ao longo de todos esses anos.

Agradeço a todos/as professores/as que contribuíram para a minha formação docente durante a graduação. Agradeço em especial à professora Ileana Wenez, que gentil e generosamente, assumiu a responsabilidade institucional deste trabalho durante a licença pós-doc da professora Erineusa.

À Elda, agradeço pela participação na banca examinadora e pelas contribuições realizadas na avaliação. É um prazer inigualável encerrar este ciclo cercada de mulheres potentes e inspiradoras.

À minha família, dedico este momento, pelo olhar carinhoso e encorajador e pelos ensinamentos que me impulsionaram a seguir lutando e a não desistir.

À minha mãe, deixo um agradecimento especial. *“Toda mulher nasce de outra mulher, por isso são fortes duas vezes”* (Djonga). Obrigada pela força herdada e aprendida.

Por fim, agradeço aos/as amigos/as e colegas que compartilharam comigo momentos significativos ao longo deste percurso de formação.

Ao LAEFA, por ter sido um local de aprendizado e acolhimento, obrigada por me ensinar o olhar sensível e respeitoso ao outro e a mim, obrigada por me devolver a leveza da ludicidade e o encanto aos detalhes.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar os tipos de violências sofridas pelas professoras de Educação Física do município de Vila Velha, analisar como essas experiências impactam seu trabalho docente e de que forma o ambiente escolar acolhe ou negligência essas questões. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando a pesquisa de campo como principal método. A produção de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado via *Google Forms*, enviado pelo *WhatsApp* às professoras da rede municipal de Vila Velha. A pesquisa contou com 20 respondentes. Os resultados indicaram que a maioria das professoras entrevistadas já vivenciou ou testemunhou situações de violência de gênero, sendo as violências física e psicológica as mais recorrentes. Observou-se também que, em sua maioria, as vítimas não recorreram à denúncia formal, além de terem dado continuidade à atividade docente mesmo em meio às vivências violentas. Ainda que as participantes reconheçam a importância do diálogo sobre o tema, evidencia-se a necessidade de oferta de uma formação mais ampla e sistemática acerca da violência de gênero.

Palavras-chave: violência de gênero; professoras de educação física; docência.

ABSTRACT

This study aims to identify the types of violence suffered by Physical Education teachers in the municipality of Vila Velha, analyze how these experiences impact their teaching work, and how the school environment addresses or neglects these issues. To this end, qualitative research was conducted, using field research as the main method. Data was collected through a structured questionnaire via Google Forms, sent through WhatsApp to teachers in the Vila Velha municipal school system. The research included 20 respondents. The results indicated that most of the teachers interviewed had experienced or witnessed situations of gender-based violence, with physical and psychological violence being the most recurrent. It was observed that, in most cases, the victims did not resort to formal complaints, and continued their teaching activities even amidst the violent experiences. Although the participants recognize the importance of dialogue on the subject, the need for broader and more systematic training on gender-based violence is evident.

Keywords: gender-based violence; physical education teachers; teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
4 OS ACHADOS DA PESQUISA.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31
ANEXO A	35

1 INTRODUÇÃO

As diferenças manifestadas pelas performances e comportamentos de gênero presentes nas estruturas sociais sempre foram um incômodo na minha minha existência. Quando criança, por exemplo, uma questão que muito me inquietava era “Por que eu tenho que lavar a louça e meu irmão pode ir brincar na rua depois do almoço?”. Ao longo dos anos no processo de socialização eu fui normalizando internamente essas regras e condutas, mas agora eu vejo que sempre estiveram lá, por toda a vida, o incômodo. Como uma pedra minúscula no sapato, você consegue caminhar com ela, mas incomoda muito.

Através de um convite realizado pela professora Dr^a Erineusa Silva da Universidade Federal do Espírito Santo, comecei a integrar o Núcleo de Pesquisa Interinstitucional em Gênero e Sexualidades - NUPEGES em 2018, entre um texto e outro pude reconhecer em mim e em meu processo de socialização vários conceitos citados pelos autores\as. Com o passar dos anos, em 2020 durante a pandemia da COVID-19, me vi em uma relação matrimonial abusiva, onde tantos conceitos e informações adquiridas no grupo e neste curso de graduação ao qual pertence esse trabalho, foram de suma importância para sustentar ações necessárias de rompimento e vínculo com o agressor. Esses conceitos e aprendizados também serviram e servem de base para entender que nenhum sofrimento é individual, os padrões comportamentais sociais provocam a repetição dessas vivências, em especial as violências de gênero.

Assim, a escolha por continuar o estudo sobre gênero ganhou uma perspectiva diferente após o ocorrido. Esta pesquisa de conclusão de curso vem ao encontro do um desejo de continuar esses estudos, partindo de conceitos e dados sociais amplos, para observar e analisar como essas violências vivenciadas no ambiente escolar e no ambiente familiar podem vir a afetar vida e da docência das professoras, bem como colaborar com dados para o debate e reafirmar a importância de formação adequada sobre a temática, aproximando e relacionando conceitos que explicam acontecimentos sociais com as vivências do cotidiano.

Podemos entender gênero como uma construção social e cultural de funções, modos e atributos que uma sociedade considera apropriados para homens e mulheres (Scott, 1995). A partir da delimitação desses papéis sociais performáticos, o indivíduo adquire *ethos* psicoemocionais que colaboram para a forma como expressa, válida ou reprime seus sentimentos e comportamentos.

Esse processo está profundamente ligado ao imaginário simbólico social, ferramenta essencial para a constituição da realidade subjetiva, moldando nossa identidade e nossa forma de ser e estar no mundo (Castoriadis, 1982). Assim, os símbolos percebidos pelo sujeito nas relações sociais, mídias e elementos culturais do cotidiano corroboram para a absorção e perpetuação, por gerações, de ideias, emoções e comportamentos.

Dentre os comportamentos perpetuados socialmente, destaca-se a naturalização da violência, em especial, a violência contra a mulher, categorizada como violência de gênero. Esta é definida como qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte em, ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico à mulher (Onu Mulheres, 1993).

Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2025 foram registrados 1.450 feminicídios em 2024, um aumento de 12 casos em relação a 2023. Esse dado revela a escalada alarmante dessa forma extrema de violência, cujas raízes estão nos múltiplos níveis e facetas das violências de gênero. Em uma das bases dessa violência podemos evidenciar os papéis patriarcais atribuídos a cada gênero. Os papéis patriarcais de gênero contribuem para a violência de gênero ao reforçar relações desiguais de poder entre homens e mulheres, onde a dominação masculina é normalizada e a submissão feminina é esperada.

Nessa dinâmica, a violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, pode ser usada como ferramenta de controle e manutenção dessa hierarquia social, pois normas culturais patriarcais frequentemente justificam ou naturalizam agressões contra mulheres, tornando a própria desigualdade e a violência parte de um sistema social estruturalmente enraizado no patriarcado e nas expectativas rígidas de gênero.

Essa violência é agravada pela insuficiente atuação das autoridades competentes. Apenas 2% dos agressores ficam efetivamente presos; em geral, são aplicadas punições como prestação de serviços comunitários e participação em grupos de apoio (Jusbrasil,2009), medidas desproporcionais diante do impacto devastador que tais violências causam na vida das vítimas e na sociedade em geral.

A dinâmica da violência costuma seguir um padrão cíclico, conforme descrito por Walker (1979), no conceito de "Ciclo da Violência", composto pelas fases de tensão, agressão e "lua de mel". Após sofrer a violência e estar fragilizada emocional, psicológica e fisicamente, a vítima é alvo de promessas de mudança por parte do agressor, o que a leva a permanecer no ciclo. A análise desse ciclo evidencia a complexidade e a dificuldade de rompimento por parte da vítima e a normalização dessas violências leva a inviabilidade de ações por parte da sociedade. A violência de gênero, portanto, sustenta práticas sociais que culminam no feminicídio, um problema grave, com consequências extremas não apenas para as vítimas, mas também para suas famílias e redes de afeto. Segundo o Instituto Promundo (2022), mais de 2.300 crianças e adolescentes ficaram órfãos em decorrência do feminicídio no Brasil entre 2019 e 2021.

A escola é um espaço no qual cultura e sociedade se fazem presentes de maneira indissociável (Apple, 2003), reflete , reproduz e, potencialmente, transforma valores sociais, inclusive aqueles relacionados à violência. O papel social da escola vai além da mera transmissão de conhecimento: ela é também um espaço de formação ética, cuidado e desenvolvimento integral dos sujeitos (Freire, 1996). Assim, torna-se essencial mapear, organizar, refletir e produzir conhecimento sobre como a violência de gênero se manifesta na vida das pessoas inseridas nesse ambiente.

O espaço escolar frequentemente apresenta características de violência simbólica e institucional, como assédio moral, sobrecarga de trabalho, desvalorização e precarização das condições de ensino, fatores que contribuem para o adoecimento físico e mental das docentes (Codo, 2002). Além disso, algumas professoras enfrentam também a violência no contexto familiar, o que interfere, prejudica ou até interrompe sua prática docente. De acordo com o Instituto Datafolha (2022), uma em cada quatro mulheres brasileiras com mais de 16 anos declarou ter sofrido algum tipo de violência no último ano. Considerando que mais de 80% dos profissionais da

educação básica no Brasil são mulheres (INEP, 2021), a análise dessas violências torna-se ainda mais urgente para a formulação de políticas públicas voltadas à proteção e ao bem-estar dessas profissionais.

Estudos demonstram uma forte correlação entre a vivência de violência de gênero e o desenvolvimento de doenças psicossomáticas, como depressão, ansiedade e dores crônicas (Diniz et al., 2021). As professoras de Educação Física, especificamente, enfrentam essas violências com interseccionalidades singulares, uma vez que seu objeto de trabalho é o corpo — corpo este que, frequentemente, é alvo de violências simbólicas, assédios, hipersexualização e objetificação. Além de carregar em si marcas psicossomáticas dessas agressões, essas profissionais podem atuar com estudantes e colegas que também vivenciam traumas semelhantes, assim com base nestes dados pretendemos identificar de que forma a violência de gênero perpassa a docência das profissionais de educação física de Vila Velha\ES.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo, análise, compreensão e o combate à violência de gênero exigem uma abordagem interdisciplinar, que considere os aspectos históricos, sociais, culturais e políticos das relações entre homens e mulheres, sejam cis ou trans.¹ Assim, neste capítulo, fundamenta-se a investigação da violência de gênero com base em autores e autoras que discutem as estruturas sociais que sustentam as desigualdades responsáveis por ancorar essa violência, em especial no ambiente escolar. Além disso, evidenciam-se dados estatísticos que demonstram como essa violência está presente e se manifesta na vida e nos corpos das mulheres, atravessando as diversas esferas sociais.

Scott (1995) propõe que o gênero deve ser entendido como uma categoria útil de análise histórica, pois permite problematizar as desigualdades entre os sexos. Segundo a autora, essas diferenças não são naturais, mas sim construções sociais e culturais que se perpetuam ao longo do tempo construções iniciadas, fundamentadas, justificadas e mantidas pela divisão sexual do trabalho. Scott (1995) enfatiza que as relações de gênero estão enraizadas em estruturas simbólicas e institucionais que moldam a organização social, perpetuando desigualdades historicamente construídas.

Durante séculos, a mulher foi excluída dos espaços sociais e relegada aos cuidados da casa e da família. Um reflexo persistente desse processo é a ainda reduzida participação feminina na política institucional. Dados recentes indicam que as mulheres ocupam apenas 18,1% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 19,8% das do Senado Federal no Brasil, posicionando o país na 133ª colocação mundial em representatividade parlamentar feminina (ONU Mulheres, 2025).

Pierre Bourdieu (1999), ao discutir o conceito de *violência simbólica*, evidencia como determinadas formas de dominação, sobretudo contra as mulheres, são naturalizadas por meio de práticas sociais e discursos legitimadores, reforçando de maneira sutil, mas eficaz as hierarquias de gênero. Essa dominação, muitas vezes,

¹ Vale lembrar que no caso de mulheres trans eram e ainda são expulsas de casa não raro sendo levadas ao mundo da prostituição como modo de sobrevivência.

é justificada por argumentos que remetem à suposta fragilidade ou incapacidade feminina, baseando-se em atributos físicos ou psicológicos.

Um exemplo clássico dessa lógica enganosa é a alegação, historicamente disseminada por parte da comunidade científica, de que o cérebro das mulheres seria menor que o dos homens. Essa ideia foi utilizada para justificar uma suposta inferioridade intelectual feminina. Contudo, em "O Segundo Sexo", Simone de Beauvoir (1949) argumenta que a condição da mulher é determinada não apenas por fatores fisiológicos, mas, principalmente, por construções históricas e culturais. Tais afirmações sobre o tamanho cerebral, hoje amplamente refutadas pela neurociência moderna, ignoram que a dimensão do cérebro não é um indicador de inteligência, tratando-se, portanto, de uma construção que visava perpetuar a desigualdade entre os sexos.

No contexto brasileiro, a exclusão política das mulheres também evidencia a institucionalização dessa violência simbólica. Até 1932, as mulheres eram proibidas de votar, uma vez que a legislação eleitoral não previa o sufrágio feminino. Tanto no período imperial (1822–1889) quanto na Primeira República (1889–1930), o direito ao voto era restrito aos homens alfabetizados. Alegava-se, na época, que as mulheres não possuíam raciocínio político adequado, por serem mais influenciáveis, emocionais ou naturalmente destinadas à vida doméstica.

Essa violência opera de forma silenciosa, sendo reproduzida geracionalmente por meio de símbolos culturais e sociais que fazem parecer “normais” ou “naturais” as desigualdades de gênero. Uma das instâncias onde essa reprodução se fortalece é no interior de grupos religiosos, frequentemente estruturados em lógicas patriarcais que conferem ao homem autoridade sobre mulheres, crianças e idosos.

A socióloga Sylvia Walby (1990, p. 20) define o patriarcado como “[...] um sistema de estruturas e práticas sociais nas quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Nessas estruturas, as relações de dominação são transformadas em verdades absolutas, muitas vezes justificadas por interpretações religiosas que defendem papéis de gênero fixos e hierarquizados. É comum, por exemplo, a utilização de passagens bíblicas para sustentar discursos culpabilizadores das mulheres. Uma citação frequentemente utilizada é Provérbios 14:1: “A mulher sábia

edifica a sua casa, mas a insensata a derruba com as próprias mãos”, interpretada, por muitos líderes religiosos, como um argumento que responsabiliza exclusivamente a mulher pelo sucesso ou fracasso das relações familiares, desconsiderando as violências que por vezes enfrenta.

Diante disso, reforça-se a importância de promover o diálogo sobre as múltiplas formas de violência contra a mulher, em especial no ambiente de trabalho, como o da escola. Muitas vezes, uma das estratégias do agressor é isolar a vítima de seus vínculos sociais, restringindo seu convívio a espaços e pessoas que reproduzem e legitimam os discursos de dominação. A escola, portanto, pode e deve se constituir como um espaço de diálogo, escuta, acolhimento e resistência a essas violências.

A teórica feminista Teresa de Lauretis cunha o conceito de “Tecnologia de Gênero” onde os discursos e práticas sociais regulam e produzem identidades e comportamentos de gênero. Dos desenhos que as crianças assistem na infância, as propagandas do marketing até as novelas, filmes e músicas; todos são linguagens que informam ao indivíduo a forma correta de ser, de pensar e de se comportar. A cultura comunica e perpetua por meio dos seus vários “canais” de comunicação alguns desses símbolos constituintes do *ethos* psicoemocional do sujeito.

O livro "O Complexo de Cinderela" de Colette Dowling, publicado em 1981, descreve efeitos psicológicos que narram um padrão inconsciente de comportamento em que a mulher tem receio de ser independente e, de forma inconsciente, busca ser protegida ou sustentada por outra pessoa, geralmente um homem. O título do livro nos remete ao conto de fadas da Cinderela, a princesa que sofre agressões e só alcança felicidade ao ser salva por um príncipe. Essa construção atrelada a ideia de amor romântico atua no imaginário das mulheres afetando a forma com que elas lidam e vêem as relações amorosas. A estudiosa Eva Illouz (1997, p. 10) argumenta que:

[...] o amor romântico moderno é um construto social moldado pelo capitalismo, pela mídia e pelo consumo. Para a autora, trata-se de um ideal historicamente formado com a ascensão da modernidade, da cultura de massa e da psicologia, sendo amplamente comercializado e encenado por meio de produtos culturais como a literatura e o cinema, os quais impõem expectativas sobre como o amor deve ser vivido.

Esses fatores constroem assim uma socialização feminina voltada para sonhar com o parceiro salvador, assim como no desenho "A Bela e a Fera" (Trousdale; Wise, 1991) que representa a idealização do amor romântico através da transformação simbólica da Fera em um príncipe, reforçando o valor redentor do afeto feminino.

Diante dos diversos aspectos da violência de gênero contra a mulher, a culminância da violência doméstica e familiar mostra-se como uma consequência intrínseca e sistemicamente articulada a esse cenário. De acordo com o artigo 5º da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), considera-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como danos morais ou patrimoniais.

A legislação estabelece cinco formas distintas de violência doméstica e familiar, descritas no Capítulo II, artigo 7º, incisos I a V: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A violência física refere-se a qualquer conduta que comprometa a integridade corporal ou a saúde da mulher. Isso inclui agressões diretas, arremesso de objetos, estrangulamento, uso de armas brancas ou de fogo, queimaduras, entre outros atos que resultem em dor ou lesão.

A violência psicológica caracteriza-se por ações que causem abalo emocional, prejuízo à autoestima ou limitem o desenvolvimento pessoal da vítima. Entre os exemplos estão ameaças, humilhação, manipulação, isolamento social (como impedir o contato com familiares e amigos), vigilância constante, perseguição, chantagens, insultos, restrições à liberdade de locomoção ou de crença, bem como distorções de fatos que levem a mulher a duvidar da própria sanidade ou memória, um tipo específico de abuso conhecido como *gaslighting*.

A violência sexual, por sua vez, engloba toda forma de coerção ou intimidação que obrigue a mulher a presenciar, manter ou participar de práticas sexuais contra sua vontade. Inclui-se aqui o estupro, relações sexuais forçadas no casamento, proibição do uso de métodos contraceptivos, imposição de aborto ou casamento forçado, prostituição forçada e a restrição aos direitos sexuais e reprodutivos.

A violência patrimonial refere-se à retenção, subtração, destruição ou controle de bens, documentos, recursos financeiros ou instrumentos de trabalho da mulher. São exemplos: impedir o acesso ao dinheiro, destruir pertences, controlar o salário, estelionato e danos materiais intencionais. Tais práticas visam enfraquecer a autonomia econômica da vítima, criando uma dependência que perpetua o ciclo de violência.

Por fim, a violência moral compreende condutas que atentem contra a dignidade da mulher por meio de calúnia, difamação ou injúrias. Isso inclui acusações infundadas de traição, críticas depreciativas à conduta moral, exposição da intimidade, ataques ao modo de vestir, entre outros comportamentos que visam desqualificar e desvalorizar a mulher em seu meio social.

A escola, enquanto instituição social, também participa, muitas vezes ativamente, da reprodução e perpetuação das normas e valores que sustentam as desigualdades de gênero anteriormente discutidas. Apple (2003) destaca que a escola é um espaço de disputa política e ideológica, no qual se manifestam e se reproduzem as contradições sociais existentes na sociedade. Nesse sentido, a instituição escolar não é neutra, pois carrega consigo os conflitos, as tensões e as desigualdades presentes no contexto social mais amplo.

Charlot (2000) complementa essa análise ao afirmar que o sentido atribuído ao saber escolar está diretamente relacionado às experiências sociais dos sujeitos. Isso significa que as desigualdades sociais atravessam os processos educativos, visto que os sujeitos, ao adentrarem o espaço escolar, carregam consigo os comportamentos, valores e normas oriundos de seu meio social.

Paulo Freire (1996), por sua vez, defende que a educação deve ser um ato político e libertador, capaz de romper com estruturas opressoras e de formar sujeitos críticos, conscientes de seu papel na transformação da realidade. Para ele, a escola precisa ser um espaço de diálogo, acolhimento e emancipação, e não de conformismo e reprodução de opressões.

Ao refletirmos sobre a frase atribuída ao patrono da educação brasileira “*Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?*”, reforça-se a ideia de que a escola não

pode se omitir diante das diversas formas de violência presentes na sociedade, incluindo a violência de gênero. Se a violência é uma regra social aprendida, então é de extrema importância que a escola promova ações pedagógicas e políticas institucionais comprometidas com o enfrentamento desses pensamentos e comportamentos.

Assim, o espaço escolar pode e deve ser transformado em um lugar de resistência às formas de dominação, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes, éticos e engajados na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e livre de violências. Dessa forma, torna-se fundamental romper com conteúdos patriarcais e machistas hegemônicos no currículo escolar, seja ele prescrito ou vivido, pois ao reproduzir discursos e práticas pedagógicas que refletem normas sociais dominantes, muitas vezes se naturaliza e se reforça as desigualdades de gênero. Isso contribui para a perpetuação de diversas formas de violência contra meninas, mulheres e pessoas de gêneros marginalizados.

Em contextos escolares, a estrutura curricular que tende a invisibilizar a complexidade das identidades de gênero e negligencia discussões críticas que poderiam desconstruir estereótipos cis-heteronormativos e machistas, são fontes de discriminação e violência no ambiente educativo. Segundo Dias e Silva (2024), “[...] as discussões atuais do currículo visualizam que o espaço escolar é um local primordial no desenvolvimento de práticas educativas para a diversidade e as diferenças” e que, sem essa reflexão crítica, permanecem “[...] padrões hegemônicos de gênero e sexualidade”. Já Butler (1990), ao tratar da performatividade de gênero, destaca como os corpos são regulados e disciplinados pelas normas sociais, sendo as mulheres frequentemente pressionadas a ocupar determinados lugares e comportamentos, dentre esses a docilidade e passividade.

Na educação física escolar, o conceito de corpos dóceis de Foucault (1979) evidencia como as meninas são disciplinadas para se enquadrarem em padrões de gênero. Conforme estudo do artigo “Associações entre gênero, classe e raça e participação nas aulas de Educação Física” publicado na *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde* (2019), “[...] por meio de boxplots, apontamos que meninas, negros/as e alunos de escolas públicas têm tempos semanais menores de

atividade física na EF (TAEF)² do que seus pares, e nossos resultados destacam que as relações de gênero tendem a produzir menores valores de TAEF para as meninas em comparação aos meninos”. Normas explícitas e implícitas da escola moldam seus corpos e comportamentos, limitando sua participação em atividades mais vigorosas e competitivas. Assim, a aula de educação física não apenas ensina movimentos, mas também reproduz desigualdades de gênero, produzindo corpos socialmente regulados. Esse tipo de permanência também é fruto das aulas que essas meninas e meninos recebem dos/as professores/as. A escola apesar de ser um espaço feminilizado ainda é espaço dessas reproduções.

A feminização do trabalho docente, conforme analisam Silva e Alvarenga (2017), está associada a processos históricos que vinculam a docência a atributos tradicionalmente femininos, como cuidado, abnegação e dedicação. Tal associação contribui para a desvalorização social da profissão e para a naturalização da sobrecarga de trabalho das professoras.

Nesse contexto, as violências de gênero vivenciadas no espaço escolar muitas vezes sutis e simbólicas, tornam-se invisibilizadas, uma vez que são compreendidas como parte constitutiva do exercício docente. A violência socialmente produzida também está presente na escola, seja sentida diretamente pelas professoras em suas relações afetivas pessoais, seja nas relações entre pares ou ainda vivida por meio da convivência com seus alunos/as que, não raro, são os filhos/as de toda essa violência social. No caso das professoras de Educação Física, essas violências podem ser potencializadas, considerando as disputas de gênero presentes em uma área historicamente marcada pela masculinização.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o Brasil registrou um aumento significativo nos casos de feminicídio, o que evidencia a persistência desse problema. O Atlas da Violência de 2025 mostra que a violência contra mulheres no Brasil atingiu um novo recorde, com crescimento nos casos de feminicídio e tentativas de homicídio contra vítimas do sexo feminino. O documento revelou um aumento de 2,5% nos homicídios femininos entre 2022 e 2023, contrariando a tendência de queda geral nos homicídios. Além disso, o Atlas apontou que a violência doméstica e familiar é a principal causa de feminicídio no país.

² TAEF - Tempo de Atividade na Educação Física

Nesse sentido, as consequências dessa violência não recaem apenas sobre as vítimas diretas. Conforme aponta o Instituto Promundo (2022), milhares de crianças e adolescentes tornam-se órfãos de feminicídio todos os anos, impactando não apenas suas trajetórias individuais, mas também a dinâmica das escolas, que precisam acolher essas histórias de dor e resiliência.

A exposição contínua à violência de gênero, conforme argumentam Diniz, Melo e Madeira (2021) está relacionada ao surgimento de doenças psicossomáticas, como depressão, ansiedade e dores crônicas. O trabalho docente, que é marcado por intensas exigências emocionais, é ainda mais desafiador para as mulheres. O adoecimento físico e mental de professoras expostas à sobrecarga de trabalho, à desvalorização profissional e à violência simbólica institucional em muitos casos se somam a violência de gênero.

Estudos recentes demonstram índices elevados de adoecimento mental entre docentes da educação básica, com destaque para sintomas de ansiedade, depressão e esgotamento emocional (Codo; Vaquez-Menez, 2006; FIOCRUZ, 2021). Nesse sentido, o adoecimento mental não pode ser compreendido como uma fragilidade individual, mas como expressão de violências simbólicas e institucionais presentes no cotidiano escolar. Essas questões tornam urgente o reconhecimento da escola não apenas como espaço de transmissão de saberes, mas como local de enfrentamento às desigualdades e acolhimento às subjetividades.

Foucault (1979), ao discutir as relações entre poder e saber, mostra como os dispositivos de controle operam nas instituições, o que nos leva a pensar como a escola pode também ser espaço de resistência e emancipação, reelaborando as relações de poder gerando novos saberes quanto às perspectivas de enfrentamento a essas violências.

A valorização do trabalho docente feminino e o combate à violência simbólica, física e institucional são passos fundamentais para uma educação mais justa, inclusiva e humana. Portanto, pesquisar, compreender e enfrentar a violência de gênero no ambiente escolar, contra professoras e em especial as de Educação Física, requer uma análise crítica da estrutura social, a escola é um ambiente onde a produção de saberes na relação professor/a x aluno/a x professor/a pode gerar modificações em todas as outras instâncias que constituem a estrutura social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa e adota como principal método a pesquisa de campo, a qual, segundo Gerhardt e Silveira (2009), consiste na coleta de dados diretamente com os sujeitos envolvidos.

Para a produção de dados junto ao público-alvo, aplicamos um questionário desenvolvido na plataforma Google Forms, a pesquisa teve seu período de coleta entre os meses de Janeiro/2025 e Novembro/2025. O link do formulário foi enviado via WhatsApp para as professoras de Educação Física do município de Vila Velha/ES, a rede atende principalmente a educação básica abrangendo a Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais). Contamos com a colaboração de docentes vinculadas ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física do CEFD (PROEF – núcleo CEFD/UFES), que compartilharam o questionário no grupo de WhatsApp dos professores da rede. Além disso, estivemos presentes na formação dos/as professores/as do município para a divulgação da pesquisa e pedimos a pessoas próximas que incentivassem a participação dos/as colegas no preenchimento do questionário.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi elaborado com o objetivo de identificar, descrever e analisar de que forma as violências de gênero atravessam o trabalho docente de professoras de educação física atuantes no município de Vila Velha/ES. Por meio do questionário, buscamos inicialmente traçar um perfil das participantes, bem como compreender em que medida e de que forma o ambiente escolar acolhe ou negligencia as questões de gênero.

Ademais, o questionário visou aprofundar as problemáticas centrais desta pesquisa: se as professoras já presenciaram ou vivenciaram situações de violência de gênero no contexto escolar, se a violências de gênero vividas no ambiente familiar afeta a docência bem como mapear conteúdo e necessidade de ampliar a formação quanto a temática. O questionário com as perguntas aplicadas na pesquisa encontra-se disponível no anexo A.

Ao todo, o questionário foi respondido por 20 participantes. Em consonância com os pressupostos da pesquisa qualitativa, que não busca a generalização, mas sim a

compreensão aprofundada de fenômenos sociais, valorizamos cada uma dessas contribuições como fundamentais para os objetivos deste estudo.

Ressaltamos que o Núcleo Interinstitucional de Pesquisas em Gêneros e Sexualidades (Nupeges) dará continuidade a coleta de dados de uma forma mais ampla na região metropolitana da grande Vitória. Este é, então, um instrumento inicial que tem como objetivo aprofundar a análise das vivências docentes no contexto da violência de gênero e suas ramificações.

Para garantir o anonimato das participantes, foram atribuídos nomes fictícios às professoras respondentes. Esses nomes serão apresentados no Quadro 1, juntamente com o perfil sociodemográfico das participantes.

4 OS ACHADOS DA PESQUISA

Neste item, analisam-se os dados obtidos por meio de um questionário desenvolvido na plataforma Google Forms e encaminhado às professoras do município de Vila Velha. No Quadro 1 apresentamos dados com uma caracterização geral das participantes da pesquisa. Conforme indicado anteriormente, visando assegurar o anonimato das docentes, foram utilizados nomes fictícios para identificá-las. A apresentação desse quadro contribui para a compreensão do perfil das respondentes e de como suas trajetórias e contextos sociais atravessam as demais respostas produzidas ao longo do questionário.

Quadro 1 – perfil das respondentes

Nome	Idade	Identidade de gênero	Sexualidade	Raça/etnia	Renda mensal
VIVIANE	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Parda	de 3001 a 4500
KÁTIA	40 a 49	Cisgênero Feminina	Homossexual	Parda	7501 a 9000
AUGUSTA	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	7501 a 9000
LUDMILA	30 a 39	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	6001 a 7500
AGATHA	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	6001 a 7500
JOSIANE	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Parda	7501 a 9000
BIANCA	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Parda	Não deseja responder
SIMONE	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	6001 a 7500
LAURA	50 a 59	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Preta	4501 a 6000
BEATRIZ	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	7501 a 9000
CINTIA	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	6001 a 7500
DENISE	60 a 69	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	6001 a 7500
LUISA	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	4501 a 6000

HELENA	50 a 59	Cisgênero Feminina	Homossexual	Branca	7501 a 9000
BRUNELA	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	4501 a 6000
CLARA	40 a 49	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	de 3001 a 4500
RAFAELA	50 a 59	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Preta	de 3001 a 4500
JOANA	50 a 59	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Preta	de 3001 a 4500
ROBERTA	30 a 39	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Branca	de 3001 a 4500
FERNANDA	60 a 69	Cisgênero Feminina	Heterossexual	Parda	6001 a 7500

Vale ressaltar que nessa parte de identificação das respondentes antes de questões como identidade e orientação sexual, disponibilizamos breves textos explicativos. Essa etapa foi fundamental, considerando que se trata de uma temática que ainda gera equívocos e confusões conceituais no senso comum e até mesmo em contextos educacionais. Após o alinhamento dessas informações, foram aplicadas as perguntas com questões específicas relacionadas ao tema investigado.

Nas perguntas específicas iniciais do questionário, buscamos obter informações acerca da percepção das entrevistadas sobre a escola enquanto um ambiente acolhedor para as profissionais da comunidade LGBTQIA+. Os resultados indicaram que 9 participantes responderam afirmativamente, 5 consideraram que o ambiente é acolhedor apenas às vezes e 4 afirmaram que não se trata de um espaço acolhedor. Dessa forma, observa-se que menos da metade das respondentes consideram o ambiente escolar como plenamente receptivo. Nossas respondentes dizem que:

“O ambiente escolar é hostil para com os diferentes na expressão dos vários gêneros” (Augusta)

“A escola, assim como a sociedade de modo geral, não acolhe a diversidade. O discurso, as representações, as referências... tudo está moldado a partir de um padrão heteronormativo. (Bianca)

“As pessoas são preconceituosas, falta conhecimento e respeito.” (Beatriz)

“Ainda há preconceitos na sociedade e a escola reflete isto.” (Denise)

Os relatos indicam que, embora existam relações de gentileza, o ambiente muitas vezes é hostil para quem foge dos padrões normativos. Vale salientar que dentre as respondentes, Kátia e Helena se declararam pertencentes à comunidade LGBTQIA+ e ambas responderam “às vezes”.

A partir da pergunta 11, iniciamos as questões que abordavam especificamente as vivências das participantes relacionadas à violência de gênero. Observamos que, em sua maioria, 13 respondentes relataram ter presenciado, em algum momento de suas vidas, ao menos um episódio de violência.

Na questão 12, indagamos sobre a experiência de episódios de violência no ambiente de trabalho em específico. Nessa questão, 5 professoras relataram já ter sofrido ou presenciado violência vinda de colegas de trabalho. Embora a maioria (15) tenha respondido negativamente, os relatos das que vivenciaram a situação são graves, mencionando tentativas de submissão por parte de colegas homens e agressões direcionadas especificamente pelo fato de serem mulheres.

“Colegas foram agredidas por outro colega por serem mulheres.” (Augusta)

“Um colega de profissão quis submeter colegas a sua vontade por serem mulheres inferiores.” (Augusta)

“Durante as eleições para diretor em 2017, eu era presidente da comissão eleitoral local, e o coordenador partiu para cima de mim... consegui contornar” (Fernanda)

A análise das respostas aponta que, mesmo em um ambiente predominantemente feminino como o escolar, a violência de gênero contra as mulheres persiste e é reproduzida. Considerando que 79% do corpo docente brasileiro é composto por mulheres (dados do Inep, 2023), a escola reflete as violências presentes em outros espaços sociais. Mesmo em contextos que pressupõem igualdade econômica, intelectual ou hierárquica, alguns homens ainda se sentem no direito de cometer agressões.

A fim de refletirmos um pouco sobre a objetificação do corpo, trouxemos a seguinte questão (14): Já esteve em uma situação no qual sentiu que seu corpo foi objetificado (Objetificação: ato de tratar uma pessoa como um objeto ou mercadoria, sem dar importância à sua personalidade ou dignidade)? Em resposta a essa questão, 4 participantes afirmaram categoricamente já ter sentido que seus corpos foram tratados como objetos, enquanto uma respondeu "talvez". Os relatos descrevem situações desconfortáveis em transportes públicos e até mesmo em entrevistas de emprego, onde propostas de cunho sexual foram feitas em troca de oportunidades de trabalho.

“Por algumas vezes, no ambiente acadêmico era elogiada pela ‘beleza’ e não pelos rendimentos ou competência. Isso me incomodava e por vezes isso influenciou na escolha da roupa, por exemplo.” (Bianca)

“O olhar masculino muito me incomoda. Assim como algumas falas maliciosas.” (Kátia)

“Em uma entrevista de emprego. Foi sugerido que para conseguir precisaria fazer sexo com o empregador.” (Augusta)

“Quando adolescente, pegando ônibus, um homem se encostou em mim por trás, quase ‘encaixado’. Eu saí e ele ficou falando como se eu estivesse feito algo errado. Sem contar na rua, quando homens falam coisas pesadas para demonstrar seus desejos ‘masculinos’.” (Viviane)

A objetificação do corpo feminino contribui para a negação dos sentimentos e pensamentos das mulheres ao deslocar o foco de sua existência da dimensão subjetiva para a aparência e a adequação a padrões externos. Nesse processo, as mulheres passam a internalizar o olhar social que as avalia prioritariamente por seus corpos, o que fragiliza o reconhecimento e a legitimação de suas próprias emoções e percepções.

Conforme aponta Saffioti (2015), a objetificação e a subordinação de gênero operam como mecanismos de controle simbólico, nos quais a experiência subjetiva feminina é desvalorizada, favorecendo o silenciamento emocional e a naturalização do

sofrimento. Tal dinâmica compromete a autonomia psíquica das mulheres, dificultando a expressão de sentimentos, o estabelecimento de limites e o reconhecimento de situações de violência.

A violência doméstica aparece com forte incidência no histórico familiar e pessoal no decorrer das próximas questões apresentadas às professoras. Na pergunta 15 indagamos: alguma mulher da sua família já sofreu algum tipo de violência doméstica? Das 20 participantes, 13 responderam positivamente. Dentre as violências, as mais citadas foram a violência física, psicológica ou moral. Além disso, 9 participantes relataram ter presenciado violência doméstica durante a infância, majoritariamente observamos a física como a principal violência presenciada. Tal resultado é especialmente preocupante, uma vez que estudos apontam que a exposição à violência doméstica, mesmo na condição de testemunha, pode ocasionar prejuízos significativos à saúde mental, incluindo sintomas de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e dificuldades no desenvolvimento emocional e social (Assis; Avanci; Pesce, 2009).

Das 20 professoras entrevistadas, 7 declararam já ter sofrido algum tipo de violência doméstica. Entre os tipos de violência relatados estão agressões físicas, psicológicas, morais e patrimoniais em sua maioria. Na próxima pergunta questionamos se a violência afetou de alguma forma a sua prática docente, duas professoras responderam que não afetou seu cotidiano, e as outras indicaram “outra situação”, não sendo possível identificar quais atitudes foram tomadas após o acontecido, seguem algumas respostas:

“Fui ministrar as aulas no dia seguinte fingindo que nada tinha acontecido” (Laura)

“Trabalhei normalmente.” (Beatriz)

O ciclo da violência doméstica, frequentemente observado em relacionamentos abusivos, caracteriza-se por uma sequência repetitiva de comportamentos que escalonam de abusos psicológicos e emocionais para a violência física, esses dados evidenciam a importância de promover o diálogo sobre temáticas de gênero, inclusive no ambiente escolar, visto que os dados evidenciam que mesmo em um momento de vulnerabilidade a profissionais possivelmente continuaram seu dia a dia

sem procurar orientações psicológicas e legais adequadas.

Quando questionadas sobre as ações tomadas acerca de denúncias, apenas uma das vítimas declara ter realizado um registro formal. Esses dados coincidem com as estatísticas em um panorama amplamente social, conforme reportagem da Agência Brasil (2025), dados da pesquisa nacional *“Mais de 70% das agressões contra mulheres têm testemunhas”*, indicam que aproximadamente 3,7 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de violência doméstica nos últimos 12 meses, sendo que mais de 70% das agressões ocorreram na presença de testemunhas, incluindo crianças. Apesar disso, uma parcela significativa das vítimas não recebeu qualquer tipo de ajuda no momento da agressão, o que evidencia a naturalização da violência e a fragilidade das redes de proteção. O estudo também aponta que apenas 28% das mulheres registraram denúncia em delegacias especializadas e somente 11% recorreram ao serviço Ligue 180, revelando um elevado índice de subnotificação. Esses dados reforçam os desafios estruturais e socioculturais que dificultam o acesso das mulheres aos mecanismos formais de denúncia e proteção.

Por trás desses dados estatísticos, podemos refletir também quanto a uma questão muito subjetiva e presente no nosso questionário, a objetificação do corpo e os efeitos que essa violência pode gerar na construção psicológica e emocional das mulheres, bem como moldar a percepção da gravidade das ações dos agressores. Entendida como um processo social que reduz a mulher à condição de objeto, desprovido de autonomia e dignidade. Quando o corpo da mulher é tratado como algo passível de controle, posse ou uso, a violência tende a ser naturalizada tanto pelo agressor quanto pelo entorno social, o que ajuda a explicar por que muitas agressões ocorrem na presença de testemunhas sem qualquer intervenção de outras pessoas.

Essa lógica de objetificação contribui para a culpabilização da vítima, o silenciamento e a vergonha, fatores centrais na decisão de não denunciar. Além disso, a internalização desses padrões pode levar as próprias mulheres a minimizarem a gravidade da violência sofrida. Assim, a elevada subnotificação evidenciada pelos dados reflete não apenas falhas institucionais, mas também uma cultura que normaliza a violência a partir da desumanização do corpo feminino.

Nas questões finais há um consenso majoritário entre as professoras quanto a importância de trabalhar o conteúdo de gênero nas aulas de Educação Física: 16 participantes consideram o tema importante. No entanto, a prática ainda encontra algumas barreiras. Apenas 8 professoras afirmaram desenvolver esses assuntos de forma transversal ou específica, destacamos positivamente essas ações visto as dificuldades que ainda encontramos no cotidiano para introduzir o tema nas aulas. Outras 6 indicaram "outra situação" (como trabalhar conforme as demandas surgem na Educação Infantil) e 6 não trabalham o tema por falta de formação ou por acreditarem que cabe à família dialogar sobre o tema.

Algumas das respondentes relataram que não trazem o tema de gênero como conteúdo central ou transversal para suas aulas por se tratar da Educação Infantil, dando a entender que não haveria necessidade, ou apontando uma dificuldade. No entanto, a literatura indica que essa etapa é justamente um momento privilegiado para abordagens lúdicas do tema. Segundo Vygotsky (1998), a brincadeira é uma ferramenta fundamental no desenvolvimento infantil, pois permite que a criança internalize regras sociais, explore papéis e compreenda comportamentos de forma simbólica, constituindo-se como um espaço de aprendizado social e emocional.

Na Educação Infantil, a brincadeira não é apenas uma atividade recreativa, mas um instrumento pedagógico que possibilita trabalhar valores, normas de convivência e o reconhecimento de direitos e deveres de maneira significativa (Soares, 2011). Dessa forma, mesmo no contexto da Educação Física infantil, é possível e necessário inserir conteúdos relacionados a relações sociais e gênero de forma lúdica e apropriada ao desenvolvimento das crianças, contribuindo assim com o rompimento de padrões comportamentais normativos e hegemônicos, discutidos anteriormente.

Por fim, a pesquisa evidencia uma lacuna significativa na formação docente, seja ela no processo de graduação ou formação continuada sobre gênero e suas várias temáticas. Das 20 profissionais entrevistadas, apenas cinco relataram ter sido convidadas a participar de cursos ou palestras relacionadas ao tema em seu ambiente de trabalho, enquanto a maioria absoluta (14 participantes) nunca recebeu esse tipo de convite. Esse dado reforça a necessidade de políticas públicas e institucionais mais efetivas, capazes de oferecer formações adequadas e suporte pedagógico, para o enfrentamento da violência de gênero no contexto educacional,

bem como informar e esclarecer o corpo docente quanto às questões que envolvem essa problemática.

Essa falta de formação específica sobre violência de gênero no âmbito escolar contribui para que muitas professoras compreendam essa temática como algo secundário, quando, na realidade, ela ocupa um lugar central na constituição das relações sociais e educativas. Essa ausência de aprofundamento favorece a naturalização das desigualdades de gênero e dificulta o reconhecimento da violência como uma construção social, e não como um fenômeno isolado ou externo à escola.

Reafirmamos que a escola possui uma função social fundamental na ruptura de paradigmas e no questionamento do ideal hegemônico que sustenta relações de poder desiguais, e em suma o ideal patriarcal que molda e determina padrões comportamentais. Enquanto espaço de produção e reprodução de sentidos, a escola carrega os símbolos das estruturas do imaginário social (Bourdieu, 1999), mas também tem potencial para transformá-los. As relações sociais não são estáticas; elas se modificam a partir de práticas pedagógicas críticas e reflexivas. Assim, ao assumir o enfrentamento da violência de gênero como um eixo central de sua ação educativa, a escola contribui para a desconstrução de hierarquias naturalizadas e para a formação de sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade (Freire, 1996; Louro, 1997).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que, apesar do consenso das professoras respondentes sobre a importância de trabalhar questões de gênero nas aulas de Educação Física, barreiras significativas ainda limitam a prática efetiva, principalmente na Educação Infantil, o fato pode ser dado à formação inicial e continuada insuficiente e a necessidade de políticas institucionais mais alinhadas às necessidades do cotidiano escolar.

A objetificação do corpo feminino, evidenciada em contextos cotidianos, contribui para o silenciamento emocional e a naturalização do sofrimento, destacando a urgência de práticas educativas que fortaleçam a autonomia e a autoestima das professoras, bem como aparelhar o corpo docente de informações quanto a importância da denúncia em casos de violência.

Os relatos das professoras indicam que o ambiente escolar frequentemente reflete padrões sociais discriminatórios e heteronormativos, tornando-se hostil à diversidade, enquanto experiências de violência doméstica, vivenciadas ou presenciadas por muitas participantes, reforçam a necessidade de que a escola se constitua como espaço de acolhimento, prevenção e debates sobre esse tema que afeta diretamente e indiretamente a vida e o cotidiano das professoras de educação física no município de Vila Velha/ES.

Os resultados reforçam, portanto, a importância de investir em formação continuada, estratégias pedagógicas inclusivas e políticas públicas eficazes, capazes de oferecer suporte a professores e alunos, promovendo ambientes escolares seguros, igualitários e comprometidos com o enfrentamento da violência de gênero.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de 70% das agressões contra mulheres têm testemunhas, diz estudo.** *Agência Brasil*, Brasília, nov. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-11/mais-de-70-das-agressoes-contra-mulheres-tem-testemunhas-diz-estudo>. Acesso em: 6 fev. 2026.

APPLE, Michael W. **Educando o “cidadão”**: mercado, escola e nova política cultural. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ASSIS, Simone Gonçalves de; AVANCI, Joviana Quintes; PESCE, Renata Pires. **Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 349-361, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARLOT, Bernard. **O sentido do saber**: elementos para uma teoria da formação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CODO, Wanderley (org.). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 2002.

DIAS, A. da S.; SILVA, S. M. P. da. Pedagogia da não-violência de gênero na escola: uma perspectiva pós-crítica do currículo. **Horizontes**, v. 42, n. 1, e023098, 2024.

DINIZ, Débora; MELO, Linda; MADEIRA, Livia. Corpo e sofrimento: a saúde mental de mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 1–14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/77481>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DINIZ, Débora; MELO, Luciana; MADEIRA, Fernanda. **Violência de gênero, saúde mental e interseccionalidades**: um panorama das evidências. Brasília: ANIS – Instituto de Bioética, 2021.

ILLOUZ, Eva. **Consuming the Romantic Utopia: Love and the Cultural Contradictions of Capitalism**. Berkeley: University of California Press, 1997.

INEP. **Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil**. Brasília, 07 mar. 2023 (atualizado em 30 jun. 2025). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil> Acesso em: 12 feve. 2026

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar da educação básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 30 jun. 2025.

INSTITUTO PROMUNDO. **Órfãos do feminicídio no Brasil**. Brasília: Promundo, 2022. Disponível em: <https://promundo.org.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2025**. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

JUSBRASIL. **Lei Maria da Penha: só 2% de agressores punidos**. JusBrasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/lei-maria-da-penha-so-2-de-agressores-punidos/971416>. Acesso em: 11 fev. 2026.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

MARTINS, M. Z., VASQUEZ, V. L., MION, M. P. L. (2019). **Associações entre gênero, classe e raça e participação nas aulas de Educação Física**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, 27, 1–8. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14986>

ONU MULHERES. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres**. Nova York: Assembleia Geral da ONU, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SILVA, E. M.; ALVARENGA, E. Trabalho docente feminizado. **Trabalho, Política e**

Sociedade, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/94197287>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SOARES, M. **Brincadeira e aprendizagem na educação infantil**: fundamentos e práticas pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WALKER, Lenore E. **The battered woman**. New York: Harper & Row, 1979.

ANEXO A - PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Texto longo de introdução e consentimento da pesquisa)

1. Se desejar, informe a cidade e bairro onde mora:
- 2- Qual a sua idade?
- 3- Qual a sua cor ou raça/etnia?
- 4- Qual a sua identidade de gênero?
- 5- Qual a sua orientação sexual?
- 6- Qual sua renda mensal?
- 7- Qual o seu maior grau de escolaridade?
- 8- Qual o seu estado civil?
- 9- Há quanto tempo exerce a profissão docente?
- 10- Você considera a escola um ambiente acolhedor para as professoras cisgênero e da comunidade LGBTQIA+?
- 10.1- De acordo com sua resposta anterior, poderia nos contar um pouco mais sobre o porquê de sua opinião?
- 11- Você já presenciou a violência de gênero em algum momento da sua vida?
- 11.1- Se sim, poderia indicar em que situação ou como?
- 11.2 - Sobre a questão acima, caso queira faça um pequeno relato sobre a violência vivida\presenciada.
- 12- Na escola em que você trabalha, você já sofreu ou presenciou algum tipo de violência de algum colega de trabalho?
- 12.1 - Se sim, gostaria de nos contar como foi?
- 13- Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, e você foi a vítima, depois de sofrer a violência, como foi estar presente no mesmo ambiente de trabalho que o seu/sua agressor/a?
- 13.1- De acordo com sua resposta anterior, poderia nos contar um pouco mais?
- 14 - Já esteve em uma situação no qual sentiu que seu corpo foi objetificado?
- 14.1- De acordo com sua resposta anterior, poderia nos contar um pouco mais sobre sua experiência com a objetificação do corpo?

15 - Alguma mulher da sua família já sofreu algum tipo de violência doméstica?

15.1- Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, poderia identificar qual ou quais tipos de violência essa mulher já sofreu?

16 - Na sua infância, você presenciou algum tipo de violência doméstica?

17- Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, poderia identificar qual ou quais tipos de violência já presenciou?

18 - Você já sofreu algum tipo de violência doméstica?

19 - Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, poderia identificar qual ou quais tipos de violência já sofreu?

20 - Caso tenha sofrido algum tipo de violência de gênero, buscou apoio de alguém próximo? Se sim, a quem e qual foi a reação?

21 - Caso tenha sofrido algum tipo de violência de gênero, sentiu que as pessoas na escola perceberam a sua situação? Se sim, alguém lhe concedeu apoio?

22 - Caso tenha sofrido algum tipo de violência de gênero, continuou o relacionamento afetivo com o(a) parceiro(a)?

23 - Caso tenha sofrido algum tipo de violência de gênero, realizou algum tipo de denúncia formal?

23.1- Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, poderia nos contar de que tipo foi a denuncia e como foi o processo?

24 - Caso tenha sofrido algum tipo de violência de gênero, como isso impactou a sua condição quanto ao exercício da docência? E de que forma?

24.1- Caso tenha respondido, "outra situação". Poderia nos contar como foi?

25 - Você considera importante trabalhar questões de gênero nas aulas de Educação Física?

26 - Costuma desenvolver esses assuntos em suas aulas?

26.1 - Caso tenha respondido "outra situação". Poderia nos contar o motivo dessa escolha?

27- Em seu trabalho, já foi convidada a participar de cursos, palestras, entre outros, relacionados a violência de gênero?

28 - Se sim, o evento foi realizado por qual instituição?